

Dezembro, 2024

BT-IE²A Paper V. 01 ed. 01

Boletim IE²A

PAPER

DA AMAZÔNIA OCIDENTAL À FOZ DO
RIO AMAZONAS: UM PERCURSO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB
A DIMENSÃO GEOESTRATÉGICA.

Hélio Ferreira Lima



Instituto de Estudos Estratégicos da Amazônia

Sobre o IE²A

O Instituto de Estudos Estratégicos da Amazônia (IE²A) é uma instituição dedicada ao desenvolvimento sustentável da região amazônica, atuando em pesquisas, inovação e políticas públicas voltadas para a valorização da biodiversidade e para o fortalecimento das cadeias produtivas locais. Com sede em Belém, o IE²A reúne acadêmicos, pesquisadores, gestores públicos e líderes para fomentar a discussão e a implementação de estratégias que promovam o desenvolvimento socioeconômico e a conservação da Amazônia.



Instituto de Estudos Estratégicos da Amazônia

Equipe Editorial

SUPERVISÃO GERAL

Diego Aires da Silva

CORPO EDITORIAL

Diego Aires da Silva

Francisco de Assis Matos de Abreu

Ricardo Guedes Accioly Ramos

EDITORAÇÃO E DESIGN

Diego Aires da Silva

Autor

Hélio Ferreira Lima

Ex-instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) do EB; MBA em Segurança Privada; e Especialista em Proteção de Altas Personalidades (França).

E-mail: hferreiralima@hotmail.com

Instituto de Estudos Estratégicos da Amazônia.

Rua Antônio Barreto, 130, Edifício Village Office, SALA 803 – Umarizal, Belém – PA, 66055-050.

Contato: +55(91) 9223-8383

www.institutoeeamazonia.org.br

**Boletim IE²A V. 01 Ed. 01
Dezembro/2024.
Belém - PA.**

DA AMAZÔNIA OCIDENTAL À FOZ DO RIO AMAZONAS: UM PERCURSO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB A DIMENSÃO GEOESTRATÉGICA.

Hélio Ferreira Lima

Núcleo de Estudos Estratégicos Comando Militar da Amazônia Manaus/AM

RESUMO

O presente trabalho analisa as correlações entre a Amazônia Ocidental e a foz do rio Amazonas, sob os prismas político-militar e socioeconômico, com vistas a concluir sobre os impactos da presença militar no desenvolvimento sustentável daquelas regiões geoestratégicas. Essa abordagem se justifica pela expressiva estrutura capilarizada das Forças Armadas nessas áreas. Como introdução, para além de caracterizar a área, foram abordados conhecimentos acerca de uma visão atualizada dos temas de Segurança e Defesa. No desenvolvimento, dividido em aspectos político-militares e socioeconômicos, o caminho entre os dois complexos regionais amazônicos foram percorridos, revelando dados de pesquisa que convidam o leitor a mergulhar na importância geoestratégica daquelas áreas. O propósito desse trabalho é dar luz à importância do tema para a segurança, para a defesa, bem como para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Esse propósito foi perseguido por meio da revisão bibliográfica que incluiu a seleção e análise crítica de artigos científicos, livros, publicações de mídias nacionais e outras fontes oficiais sobre o tema.

Palavras-chave: Forças Armadas. Marinha. Exército. Presença Militar. Amazônia Legal. Amazônia Ocidental. Foz do rio Amazonas. Desenvolvimento Sustentável. Soberania. Aeronáutica.

ABSTRACT

This study analyzes the correlations between the Western Amazon and the mouth of the Amazon River through political-military and socioeconomic lenses, aiming to conclude on the impacts of military presence on the sustainable development of these geostrategic regions. This approach is justified by the significant capillarized structure of the Armed Forces in these areas. The introduction not only characterizes the area but also provides updated insights on Security and Defense themes. In the development section, divided into political-military and socioeconomic aspects, the path between the two Amazonian regional complexes is explored, revealing research data that invite the reader to delve into the geostrategic importance of these areas. The purpose of this work is to highlight the significance of the topic for security, defense, and sustainable development in the Amazon region. This objective was pursued through a bibliographic review that included the selection and critical analysis of scientific articles, books, national media publications, and other official sources on the subject.

Keywords: Armed Forces. Navy. Army. Air Force. Military Presence. Legal Amazon. Western Amazon. Mouth of the Amazon River. Sustainable Development. Sovereignty.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, uma região de imensa diversidade e complexidade, é o epicentro de intensos debates sobre os desafios político-militares e socioeconômicos que enfrenta. O presente estudo foca especialmente nas interações causadas pela presença militar na Amazônia Ocidental (AO) e na região geoestratégica da foz do rio Amazonas (RFA).

Antes mesmo de Pedro Álvares Cabral zarpar para o Brasil, Vincent Pinzón já havia alcançado a foz do rio Amazonas, em fevereiro de 1500, batizando a descoberta fluvial como Santa Maria de la Mar Dulce. Uma pequena imprecisão de orientação teria impedido que a Espanha reivindicasse essa região, pois Pinzón acreditava estar fora dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, que dividia as terras espanholas e portuguesas a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Atualmente, nota-se que esse possível erro de navegação teve impacto decisivo na configuração territorial do Brasil contemporâneo (BACELLAR, 2024).

Contudo, alguns estudiosos argumentam que o desinteresse de Pinzón pela foz do Amazonas não se deveu a um erro de navegação, mas sim ao atrativo das riquezas minerais do Peru e da Colômbia, regiões que abrigam afluentes e a nascente do rio Amazonas, localizada entre os montes Mismi e Kcahuich, ao sul de Cuzco, no Peru. Essa perspectiva é sustentada por Pinheiro, que destaca a priorização das riquezas andinas em detrimento da exploração mais a leste (PINHEIRO, 2021).

Esse enfoque nas riquezas minerais influenciou diretamente a subsequente expedição de Francisco de Orellana, que, entre 1541 e 1542, navegou das cabeceiras até a foz do rio Amazonas, marcando a primeira jornada documentada que reconheceu a importância estratégica da rota que conecta o Oeste ao Leste da Amazônia, doravante referida como AO-RFA (MATSUURA, 2022).

Em 1612, durante o período da União Ibérica (1580-1640), a região ora estudada sofreu a invasão de franceses, no Maranhão, onde foi fundada a França Equinocial. Consequentemente, após a expulsão dos franceses (1615), empreendida por tropas luso-espanholas, apoiadas por índios da tribo dos tabajaras, a construção de fortes passou a descrever a história da defesa do percurso da foz do Amazonas para a Amazônia Ocidental.

Para evitar novas invasões, visto que a região passara a ser frequentada por navegadores ingleses e holandeses, em 1616, foi erguido o Forte do Presépio, em Belém-PA. De acordo com a concepção de defesa da época, o estabelecimento de fortes garantiria o princípio de direito internacional denominado *Uti Possidetis*, segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este (COSTA, 2015).

Desse modo, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a construção de diversos fortes caracterizou a defesa da rota AO-RFA, no sentido Leste-Oeste, passando pelo Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos, em Santarém-PA, seguindo para o Forte São José da Barra do Rio Negro, em Manaus-AM, e chegando até o Forte Príncipe da Beira, em Rondônia, para não citar todos.

Atualmente, a Amazônia Legal brasileira abrange uma vasta região que inclui os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, estendendo-se a oeste do meridiano 44°. De acordo com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a divisão regional distingue a Amazônia Ocidental, composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, da Amazônia Oriental, que inclui os territórios dos estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso, conforme estabelecido em 1968 (BRASIL, 1968).

Prosseguindo com esse exame geográfico, a região Noroeste da Amazônia Oriental engloba a foz do rio Amazonas, uma área caracterizada por uma extensa faixa litorânea que se estende desde Oiapoque-AP, cerca de 450 km ao norte do estuário, até São Luís-MA, aproximadamente 470 km a sudeste (MORAES, 2023). Assim, medindo cerca de 900 km, a foz mista, em delta e estuário, demarca a vastidão territorial da Amazônia, ao passo que ilustra a importância estratégica da região no contexto ambiental e socioeconômico do Brasil.

O exame geoestratégico das regiões em questão exige uma reflexão aprofundada sobre como a concepção contemporânea de defesa se entrelaça com os aspectos práticos do desenvolvimento sustentável. Esse entrelaçamento é crucial para entender como políticas de segurança e defesa, bem como as estratégias de preservação ambiental, podem coexistir e

reforçar-se mutuamente, promovendo uma abordagem integrada que atenda às necessidades de proteção do patrimônio nacional e ao mesmo tempo garanta a sustentabilidade dos recursos naturais vitais para o futuro.

A concepção moderna de defesa, que já não comporta a ideia de um exército formal defronte a outro exército formal apenas, revela-se complexa e sistêmica, desafiando a simplicidade dos modelos cartesianos de dicotomia e linhas retas.

Tal complexidade reflete uma realidade onde estratégias lineares falham em capturar a amplitude e as nuances da Defesa Nacional, conforme delineado no artigo 142 da Constituição Federal de 1988. Esse artigo estabelece que as Forças Armadas brasileiras, compreendendo a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas sob a autoridade do Presidente da República, com a missão de defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, bem como a lei e a ordem (BRASIL, 1988).

Diante dessas definições, emerge uma questão fundamental na compreensão pública: o que realmente significa “Defesa da Pátria”? A resposta a essa indagação foi ampliada pela Política Nacional de Defesa (PND) de 1996, que orienta a mobilização de esforços em toda a sociedade para desenvolver capacidades que assegurem a soberania nacional, a integridade do território e a realização dos objetivos nacionais. Esse contexto ressalta a necessidade de uma abordagem integrada que transcenda o militar, envolvendo todos os setores da sociedade na construção de uma defesa robusta e multifacetada (BRASIL, 1996).

Em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END) foi estabelecida, delineando orientações para todos os segmentos do Estado brasileiro sobre as medidas a serem implementadas para alcançar os objetivos de defesa delineados. Essa estratégia, junto com a PND, nasceu da necessidade de responder às realidades que impactam a defesa do país, buscando harmonizar as iniciativas de todas as facetas do Poder Nacional. O objetivo foi criar sinergia entre as capacidades distintas do Estado, sob a coordenação do Ministério da Defesa (MD), para formar uma frente unificada na proteção da Soberania Nacional.

No capítulo II da PND, o conceito de Defesa Nacional é introduzido de forma concisa, definindo-a como o conjunto de atitudes, medidas e ações de Estado, com uma forte ênfase na dimensão militar, destinadas a proteger o território nacional, a soberania e os interesses nacionais contra ameaças predominantemente externas, sejam elas potenciais ou explícitas (BRASIL, 1996).

Esse mesmo capítulo também delineia o conceito de Segurança Nacional, visto como a condição que assegura a manutenção da soberania e da integridade territorial, a concretização dos interesses nacionais, a despeito das pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia dos direitos e deveres constitucionais dos cidadãos. Esta abordagem integrada destaca a complexidade e a interdependência entre defesa e segurança na construção de uma estratégia nacional resiliente e adaptativa.

A PND reforça a premissa de que a defesa do Brasil está inextricavelmente ligada ao desenvolvimento nacional, mantendo interdependência com as capacidades instaladas em diversas esferas do país. Por essa razão, o documento enfatiza a necessidade de investimentos substanciais em áreas fundamentais como Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, além da qualificação do capital humano e da expansão da infraestrutura em Transporte, Energia e Comunicação.

Esses investimentos são vistos como essenciais para superar os desafios existentes, impulsionando o desenvolvimento nacional e fortalecendo a sua defesa. Essa abordagem destaca que a defesa do país não é uma responsabilidade exclusiva dos militares, mas sim um esforço colaborativo de toda a sociedade brasileira, integrando diversos setores para assegurar tanto o crescimento quanto a segurança nacional.

Quando a PND aborda a Amazônia, ela destaca a integração regional como um pilar essencial para o desenvolvimento nacional e para a estratégia de defesa do Brasil. Em particular, ao lidar com a porosidade das fronteiras na região, a PND enfatiza a necessidade crítica de vigilância e de uma atuação coordenada entre os órgãos de defesa e de segurança pública.

Esse esforço colaborativo é fundamental não apenas para a segurança, mas também para o desenvolvimento sustentável da região. Além disso, a PND propõe expandir essas interações para incluir a Base Industrial de Defesa (BID), criando uma ponte valiosa com o setor acadêmico.

Nesse contexto desafiador, marcado por volatilidade, incerteza, complexidade e ambi-

guidade, o Exército Brasileiro (EB) tem se adaptado e inovado, ingressando na era das Operações de Convergência 2040 (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2023). Essa nova fase busca aprimorar a eficiência operacional e tática em resposta ao dinâmico cenário internacional.

Para desenvolver essa nova concepção de emprego, o EB analisou os fenômenos da convergência e da hibridização, presentes nos conflitos contemporâneos da era da informação, focando nos impactos adversos sobre a segurança e sobre a defesa. É evidente que, na atualidade, grupos terroristas, organizações criminosas, movimentos insurgentes e até Estados, especificamente aqueles que frequentemente se distanciam de princípios humanitários e democráticos, estabelecem redes complexas de cooperação que englobam atividades tanto legais quanto ilegais (VISACRO, 2020).

Nesse contexto global complexo, a Amazônia emerge como um ambiente cada vez mais significativo na geopolítica internacional. Suas vastas riquezas naturais atraem uma variedade de interesses globais, que nem sempre estão alinhados com os objetivos nacionais, criando um terreno fértil para o surgimento de ameaças híbridas, tanto reais quanto potenciais.

A intensificação da competição estratégica global, envolvendo tanto atores estatais quanto não estatais, está conduzindo a uma ordem mundial multipolar e desafiando a hegemonia tradicional dos Estados Unidos, particularmente com o fortalecimento da China e suas alianças estratégicas com nações como Rússia, Irã, Coreia do Norte e Venezuela. Além disso, a degradação ambiental e a escassez crescente de recursos naturais não só exacerbam as condições de vida precárias, mas também intensificam antagonismos preexistentes e catalisam novos focos de instabilidade global. Consequentemente, essa dinâmica complexa de temas da agenda internacional geralmente inclui a Amazônia e suas riquezas materiais e imateriais.

A Amazônia e suas áreas adjacentes enfrentam desafios notáveis. A região é marcada pela atuação de elementos ligados ao crime organizado, garimpo ilegal, tráfico de animais, biopirataria e outros ilícitos transnacionais. Ademais, alguns dos seus vizinhos possuem movimentos reivindicatórios que desafiam a ordem estabelecida, como a recente questão entre a Venezuela e a Guiana, acerca da região de Essequibo, salientando a complexidade da área estudada.

O entorno amazônico enfrenta crise de democracia representativa, notadamente devido à situação na Venezuela, somada à influência de atores armados sobre significativas parcelas da população, como se observa em países como Colômbia, Peru e Bolívia. Esses fatores juntos, entendidos os conceitos de convergência e hibridização, ameaçam a soberania plena do Brasil na região, colocando em risco a integridade nacional e o controle efetivo do território.

As hipóteses desse estudo investigam os efeitos tanto diretos quanto indiretos dessas operações militares na segurança, na defesa, mas também no desenvolvimento econômico, na estabilidade social e na governança ambiental da região. Além disso, é importante destacar a relevância desse estudo para a comunidade acadêmica, formuladores de políticas e organizações ambientais, visto que ele oferece uma análise detalhada sobre o potencial das Forças Armadas em cenários de integração entre segurança, defesa e desenvolvimento sustentável. Esse é um tema que demanda atenção contínua devido às suas amplas implicações para o futuro ambiental e socioeconômico da Amazônia.

O objetivo principal desse estudo é esclarecer como as ações das Forças Armadas, em especial do EB, nos complexos regionais balizados pelo percurso AO-RFA, podem ser integradas às estratégias de desenvolvimento regional que promovam segurança, crescimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental. Pretende-se também compreender as dinâmicas de interação entre os militares e as comunidades locais, e como essas interações influenciam a implementação de políticas públicas.

Esse objetivo será alcançado por meio de uma revisão bibliográfica, com ênfase na presença e nas operações militares, além de seus impactos socioeconômicos nas regiões da Amazônia Ocidental e da foz do rio Amazonas. O estudo incluirá análise de documentos oficiais das Forças Armadas, sites de órgãos oficiais do governo, relatos de comunidades locais, publicações de veículos de mídia nacionais, bem como avaliações de impacto ambiental e econômico, proporcionando uma visão abrangente e profunda dos temas tratados.

2. DA AMAZÔNIA OCIDENTAL À FOZ DO RIO AMAZONAS

A análise dessas regiões não apenas mapeará um caminho físico, mas também traçará a manifestação do poder brasileiro na preservação de seus interesses estratégicos. As operações militares, as iniciativas de desenvolvimento e a cooperação entre os setores de defesa e ambiental demonstrarão como o Brasil busca equilibrar suas obrigações de proteção com os imperativos de crescimento e sustentabilidade.

Assim, as seções a seguir descreverão como a presença militar na Amazônia Ocidental e ao longo do caminho até a foz do rio Amazonas representa os interesses do Estado brasileiro nos aspectos político-militares e socioeconômicos.

2.1. A EXPRESSÃO POLÍTICO-MILITAR

O controle territorial e a Defesa Nacional estão profundamente interrelacionados, sendo essencialmente sustentados pela colaboração conjunta entre as Forças Armadas, além do ambiente interagências, estabelecido pelo apoio mútuo compartilhado com outras entidades de segurança pública e órgãos governamentais. Essa integração se manifesta por meio de estratégias de presença e dissuasão, com o Ministério da Defesa (MD) desempenhando um papel central na supervisão física do território.

Esse compromisso é evidenciado por operações singulares e conjuntas bem-sucedidas, como as operações Roraima, Ágata e Catrimani I e II, que demonstram a capacidade e a eficácia das Forças Armadas em manter a soberania nacional.

Adentrando nas forças singulares do MD, a Marinha do Brasil (MB) exerce o controle do delta do rio Amazonas, garante as linhas de comunicação fluviais da região e presta apoio aos órgãos de segurança pública na repressão a crimes transfronteiriços e ambientais, por meio dos 9º e 4º Distritos Navais, sediados em Manaus-AM e Belém-PA, respectivamente, os quais monitoram ativamente a conexão rio e mar que caracteriza o trajeto em questão (MARINHA DO BRASIL, 2024).

Ademais, o EB assegura o controle territorial, com foco no domínio terrestre, empregando o Comando Militar da Amazônia (CMA), com sede em Manaus-AM, e o Comando Militar do Norte (CMN), sediado em Belém-PA, para patrulhar extensivamente as áreas de sua jurisdição.

No espaço aéreo, a Força Aérea Brasileira (FAB), por meio dos VII e I Comandos de Aeronáutica (COMAR), respectivamente sediados em Manaus-AM e Belém-PA, é encarregada de fiscalizar e proteger o domínio aeroespacial, controlando, defendendo e integrando o espaço sobre o trajeto AO-RFA (FAB, 2017).

Assim, a presença consolidada dos comandos militares de cada uma das forças singulares do MD, ao longo do eixo entre a Amazônia Ocidental e a foz do Amazonas, proporciona cobertura abrangente e apoio mútuo, consubstanciando ativos indispensáveis à manutenção territorial. Essa infraestrutura de vigilância e defesa não apenas assegura a soberania nacional, mas também estabelece uma base sólida para a estabilidade e desenvolvimento contínuos da região.

No contexto de defesa da soberania e promoção da integração nacional, a presença militar é notavelmente penetrante e capilarizada. Focando especificamente no EB, o CMA e o CMN demonstram um alcance excepcional, estendendo a presença do Estado até os pontos mais remotos da região sob sua guarda.

Do Comando de Fronteira Juruá/61º Batalhão de Infantaria de Selva, em Cruzeiro do Sul-AC, subordinado ao CMA, até o 24º Batalhão de Infantaria de Selva, pertencente ao CMN e localizado em São Luís-MA, os militares garantem a presença do Estado brasileiro. Passando pelo Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, pertencente à FAB, e alcançando a margem equatorial, onde o 4º Distrito Naval vigia a porção norte da Amazônia Azul, as Forças Armadas trabalham incansavelmente, garantindo a estratégia da presença, prevista pelo MD.

Assim, o apoio mútuo entre as três forças singulares do MD interliga e integra as diversas localidades do trajeto AO-RFA. Ademais, em cada um daqueles rincões, os militares são cidadãos brasileiros, a serviço do Estado, em busca de sinergia com diversos setores da sociedade, entregando um ambiente livre de interferências que comprometam a soberania, seja

por meio da segurança e defesa, seja pelas contribuições para o desenvolvimento sustentável.

O CMA, em particular, manifesta sua presença nos limites mais extremos da faixa de fronteira sob sua responsabilidade, operacionalizando 23 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Essa extensa rede de instalações militares fortalece a soberania nacional, ao vigiar e reconhecer vastas e desafiadoras áreas fronteiriças, bem como fomenta a integração territorial, garantindo que todas as partes da região amazônica sejam acessíveis e estejam sob a proteção efetiva do Estado brasileiro.

As respostas às questões de soberania, debatidas nos níveis político, estratégico, operacional e tático, podem originar-se de diversos setores dentro das expressões do poder nacional, como estipulado pelas diretrizes da PND e da END. Contudo, é nas Forças Armadas que o Estado brasileiro dispõe de recursos humanos e materiais prontamente disponíveis para atuar de forma decisiva.

Independente da volatilidade das circunstâncias, quando ordenados pelo Estado, os militares estão preparados para se deslocarem rapidamente para regiões críticas e aplicar in situ as estratégias elaboradas pelos órgãos responsáveis. Essa prontidão e capacidade de mobilização rápida das Forças Armadas asseguram ao Estado a habilidade de responder imediatamente a crises ou ameaças à soberania, inobstante dos riscos envolvidos.

Esse compromisso da servidão militar não apenas reforça a capacidade de ação e a eficácia das respostas do governo, mas também salienta o papel imprescindível das Forças Armadas como um pilar fundamental para a manutenção e a proteção da Soberania Nacional.

Todos os brasileiros possuem o direito de observar de longe ou mesmo de propor soluções para problemas complexos da Amazônia, seja no conforto de suas casas, seja nos auditórios acadêmicos, o que é muito importante para a sociedade. Entretanto, a legislação brasileira impõe que é o militar aquele que, quando ordenado, terá o papel servil de deixar seu lar e partir na direção do problema com a obrigação de resolvê-lo, colocando sua vida em risco muitas vezes, conforme seu juramento.

Portanto, civis e militares, como cidadãos de uma nação coesa, são capazes de analisar e apresentar soluções para os mais diversos problemas que assolem o povo, o território e a governança soberana, como elementos constitutivos do Estado. Todavia, é a servidão militar que dá um matiz singular à responsabilidade do profissional que jura defender sua Pátria com a própria vida, equipando o Estado com a capacidade de pronta resposta, especialmente nos rincões mais ermos da Amazônia.

Aplicando essa premissa ao contexto da presença militar no percurso AO-RFA, o combate ao narcotráfico é um elemento central na interseção entre segurança, defesa e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o MD desempenha um papel fundamental, planejando e executando operações significativas, como a Operação Ágata, que conta com sólido respaldo político para as ações militares.

Nesse contexto, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica têm demonstrado eficácia por meio de resultados expressivos, como apreensões de drogas, captura e destruição de embarcações e aeronaves, além da prisão de traficantes.

Os dados recentes das Operações Ágata Amazônia (Amazônia Ocidental) e Ágata Fronteira Norte (Amazônia Oriental) evidenciam a importância da presença militar na região. Em 2023, na área de comando do CMA, foram apreendidas toneladas de drogas, equipamentos e mais de 20 aeronaves ilegais, com as operações resultando em mais de R\$ 200 milhões em apreensões e destruições de materiais ilícitos (MD, 2023).

No mesmo período, na Amazônia Oriental, região que engloba a foz do Amazonas, as Forças Armadas confiscaram mais de 100 toneladas de drogas e outros produtos ilícitos, ocasionando prejuízos de mais de R\$ 120 milhões para os traficantes.

Na mesma direção, a sinergia entre proteção ambiental e segurança é um pilar central na estratégia do MD para fomentar o desenvolvimento sustentável ao longo do eixo AO-RFA. Esse corredor, repleto de riquezas naturais, enfrenta desafios significativos devido às atividades ilícitas que ameaçam tanto a biodiversidade quanto a integridade dos ecossistemas. Em resposta, a colaboração robusta entre agências civis e militares tem sido essencial para combater efetivamente os garimpos ilegais, principais causadores de desmatamento e poluição dos mananciais.

Os esforços recentes, destacados em 2023, culminaram na redução de cerca de 80%

das áreas de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. Esse resultado não apenas preserva o ambiente natural, mas também blinda as comunidades locais contra os efeitos corrosivos do crime ambiental, demonstrando o impacto direto da vigilância e intervenção militar na manutenção da ordem e na promoção do bem-estar social (MD, 2023).

Além disso, as Forças Armadas são conscientes de que a preservação ambiental se apresenta como um desafio crítico que transcende a resposta militar. Contudo, o combate aos focos de incêndios e ao desmatamento, bem como o apoio a pesquisas científicas são conduzidos com uma visão holística que entrelaça defesa e proteção ambiental. Essas iniciativas são complementadas pela educação e capacitação contínua do efetivo militar, assegurando que o conhecimento e as habilidades adquiridas sejam aplicados tanto na proteção do meio ambiente quanto na melhoria das condições de vida locais.

Por meio de projetos como o “Soldado Cidadão”, as Forças Armadas não apenas qualificam seus membros em áreas críticas como telecomunicações, tecnologia da informação, instalações hidráulicas e saneamento, mas também os preparam para atuarem como agentes de mudança ambiental, visto que as grades curriculares incluem módulos de sustentabilidade e cidadania. Assim, esse programa reflete o compromisso com a formação integral do militar, capacitando-o para contribuir ativamente com a vigilância e com a preservação dos vastos e valiosos ecossistemas da região AO-RFA (MD, 2023).

Esse modelo de atuação reafirma o papel das Forças Armadas como uma força estabilizadora e regenerativa, visto que anualmente essa massa de jovens é renovada e recolocada no mercado de trabalho, revelando contribuição crucial para a segurança e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Visando fortalecer a presença e a capacidade de atuação do Estado na faixa de fronteira amazônica, o EB implementou o Programa Estratégico denominado Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o SISFRON (EPEX, 2023a). Na fase atual do programa, com foco na Amazônia, o portfólio dos seus subsistemas inclui a aquisição de equipamentos óticos e eletrônicos, de comunicações táticas e estratégicas, de inteligência e uma miríade de tecnologias inovadoras de defesa, abrindo vasto horizonte de possibilidades para a BID na Zona Franca de Manaus.

Além disso, estão previstas construções de depósitos e instalações logísticas, bem como obras de infraestrutura nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Com isso, para além de entregar à sociedade o trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, o EB também contribui para o fomento da indústria local, bem como para o intercâmbio acadêmico, visto que o escopo do programa é rico em possibilidades para pesquisa e desenvolvimento (P&D). Para fomentar essas possibilidades, vale destacar a iniciativa do atual comandante do CMA, que por meio do Núcleo de Estudos Estratégicos, busca incrementar o relacionamento institucional do Exército com a sociedade (NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2024).

Outrossim, para além do SISFRON, o programa Amazônia Protegida, cujas iniciativas são transversais ao programa Calha Norte, do MD, e às iniciativas de outros programas estratégicos do EB, reforça a sinergia buscada para a geração de capacidades e de benefícios para a sociedade brasileira (EPEX, 2023b).

Nesse contexto, o MD trabalha de forma incansável para integrar Marinha, Exército e Aeronáutica, com ênfase no trajeto AO-RFA. Para o coronel Marcus Vinícius, oficial de Estado-Maior do CMN, o aspecto geoestratégico da região da foz do Amazonas, ditado especialmente pelas características fisiográficas, impõe que o controle do portão de entrada e saída atlântico-continental garante liberdade de ação ao Estado brasileiro nos acessos a eixos fulcrais para a segurança e defesa do Brasil (SANTOS, 2024).

O primeiro eixo é, naturalmente, o acesso ao interior da Amazônia, em direção à montante do trajeto fluvial AO-RFA. A começar pelo Leste, duas capitais estaduais se encontram nos portões da Amazônia nessa região: Belém e Macapá. Navegando para oeste, Manaus é outra capital de estado que reforça a importância geopolítica do percurso estudado. Salientando a relevância supramencionada, cabe mencionar algumas estruturas estratégicas como, por exemplo, o campo petrolífero de Urucu, o hidrelétrica de Balbina ou os portos fluviais ao longo da rota, como o porto de Santarém-PA e o Porto Chibatão, em Manaus-AM, que está entre as 10 maiores estruturas portuárias do Brasil em movimentação de contêineres (ANTAQ, 2023).

O segundo eixo é marítimo e, para além do livre acesso ao oceano Atlântico e, conse-

quentemente, ao entorno estratégico norte e leste brasileiro, bem como à América do Norte e à Europa, também diz respeito à possibilidade de exploração de petróleo na margem equatorial. Vale lembrar que mais de 90% da exportação brasileira utiliza rotas marítimas e que o potencial petrolífero offshore da região poderá mostrar-se superior à soma dos potenciais das bacias de Campos e Santos (KARDEC; FILHO; ZALÁN, 2021).

O terceiro eixo é um complexo regional que penetra na direção do Planalto Central, a partir de Belém-PA, por meio da rodovia Belém-Brasília (BR 010 e BR 153), passando por Marabá - PA; Miritituba-PA, pela BR-163, defronte à Itaituba-PA. É possível mencionar, ainda, a calha navegável dos rios Araguaia-Tocantins, Xingu e a hidrovia Teles Pires-Tapajós, abrindo acesso ao núcleo da produção agrícola brasileira, no Mato Grosso, bem como ao coração político do Brasil, na capital federal Brasília-DF.

No último eixo, cabe destacar algumas estruturas estratégicas que salientam a importância do acesso a esse complexo regional, tais como o Porto de Miritituba-PA, as Usinas Hidrelétricas (UHE) de Belo Monte e Tucuruí, bem como as ferrovias de integração Norte-Sul e Ferrogrão, além do Complexo Mineralógico de Carajás. Consequentemente, a perda de liberdade de ação no percurso geoestratégico AO-RFA, por ação de forças fora das fronteiras ou mesmo por ação de forças ilegais que atuam dentro das fronteiras brasileiras, representaria consequências nocivas sem precedentes para o Brasil.

Por essa razão, as Forças Armadas, por meio do MD, trabalham diuturnamente para garantir a liberdade de ação necessária no eixo AO-RFA, comprovada pela elevada concentração de unidades militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica naquela região. Contudo, essa liberdade de ação é possibilitada não apenas pelas ações de segurança e defesa da expressão militar do poder, mas também pelo desenvolvimento sustentável da área, proporcionado por todas as expressões do poder nacional, tendo na consciência do povo brasileiro, habitante ou não dessa região, o maior ativo catalisador de soberania.

Diante do exposto, é possível inferir, parcialmente, que os aspectos político-militares sinalizam que a integração das Forças Armadas no controle territorial e na defesa da soberania ao longo do eixo AO-RFA é vital para a manutenção da segurança e da estabilidade regional.

Essa forma de atuação não apenas garante a integridade territorial, mas também promove uma integração nacional profunda e resiliente, essencial para a prosperidade da Amazônia e para a segurança do Brasil.

2.2. A EXPRESSÃO SOCIOECONÔMICA

A exploração e comercialização de recursos naturais no trajeto AO-RFA geram impactos socioeconômicos significativos e são vitalmente apoiadas pela presença militar, que assegura condições favoráveis de segurança para tais atividades. O extrativismo vegetal e mineral, predominantemente nas cabeceiras dos rios Solimões, Negro e Madeira, resulta em produtos como castanha-do-brasil, óleos vegetais (copaíba, andiroba e buriti) e minerais (ouro, ferro e bauxita), que são transportados para centros comerciais exportadores importantes como Manaus-AM, Santarém-PA, Belém-PA e Macapá-AP.

Nesse ambiente, as regiões das cabeceiras dos principais afluentes são constantemente sondadas por grupos criminosos nacionais e internacionais, os quais veem sua liberdade de ação limitada pela presença das Forças Armadas nos rincões mais afastados da faixa de fronteira.

Em muitos municípios, para além da presença que garante um ambiente seguro para os negócios, os contingentes militares também são importantes para o mercado consumidor local. Em municípios como Cruzeiro do Sul-AC, Porto Velho-RO, Tabatinga-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM e Santarém-PA, os integrantes das unidades militares e suas respectivas famílias compõem a população economicamente ativa (PEA), com participação significativa, alavancando o comércio e impulsionando a circulação econômica naquelas localidades.

A contribuição das Forças Armadas também se estende à proteção ambiental, com destaque para as operações conduzidas pelo Centro de Coordenação de Operações (CCOp) do CMA, que interdita garimpos ilegais e previne a contaminação de rios e igarapés por mercúrio e outras substâncias nocivas ao meio ambiente (G1, 2024).

Similarmente, a Marinha do Brasil, ao fiscalizar e apreender cargas de madeira ilegal destinadas à exportação, e a Força Aérea Brasileira, ao interceptar aeronaves envolvidas em

atividades ilícitas, reforçam esse papel de salvaguarda ambiental, conforme frequentemente noticiado nos veículos de mídia nacionais (MARINHA DO BRASIL, 2024; UOL, 2023).

No mesmo contexto, a atuação das Forças Armadas também revela alcance psicossocial relevante. Ao atuarem contra os garimpos ilegais e o narcotráfico, as operações militares inibem os efeitos deletérios da prostituição de jovens, do trabalho análogo à escravidão, do abuso de substâncias psicotrópicas e de outras mazelas que esses ilícitos trazem consigo para o tecido social das comunidades isoladas que os hospedam.

Desse modo, a cada operação, em parceria com outras agências governamentais de assistência social, as Forças Armadas contribuem para que jovens, geralmente indígenas, tenham uma segunda chance na retomada de suas vidas.

Portanto, a presença militar na rota AO-RFA mostra-se multifacetada, proporcionando um ambiente seguro para negócios legais e lucrativos, para além de sua atuação como um pilar de proteção ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável, alinhando segurança e prosperidade socioeconômica na região.

É importante ressaltar que é justamente no percurso estudado que está planejado, a partir de 2025, o lançamento da Rota 2 do plano que contém cinco rotas de integração da sul-americana, conhecida como Rota Multimodal Manta-Manaus, que interliga, por via fluvial, o estado do Amazonas e partes de Roraima, Pará e Amapá com Colômbia, Equador e Peru (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

No mesmo diapasão, outro fator econômico de grande impacto social na região AO-RFA é o desenvolvimento de infraestrutura de transporte, no qual o Departamento de Engenharia e Construção do Exército (DEC) desempenha um papel muito relevante por meio de seus Grupamentos de Engenharia (Gpt E) e Batalhões de Engenharia de Construção (BEC).

De Oeste para Leste, por exemplo, o 7º BEC atua na BR-364, conectando Rio Branco-AC a Cruzeiro do Sul-AC. Essa conexão é vital para a circulação de produtos, serviços e pessoas entre a extremidade Oeste do Brasil e as regiões do alto Purus e alto Madeira, afluentes dos rios Solimões e Amazonas, criando um corredor de fluxo intenso em ambas as direções pela RFA.

Em Estirão do Equador - AM, o 6º BEC implementa melhorias para aumentar a mobilidade no acesso à pista de pouso do 4º PEF, integrando, assim, os modais rodoviário e aéreo. Mais ao norte, em São Gabriel da Cachoeira - AM, a 21ª Companhia de Engenharia de Construção (21ª Cia E Cnst) mantém e repara a BR - 307, garantindo acesso à região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela, em Cucuí-AM (CMA, 2023a).

Essas melhorias permitem que os modais rodoviário, aéreo e fluvial se complementem, facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias nas bacias dos rios Solimões e Negro, os quais formam o rio Amazonas, a partir de Manaus-AM, cujo trajeto representa a importância geoestratégica da integração entre a Amazônia Ocidental e a Amazônia Oriental.

Na extremidade norte, na região de Roraima, o 6º BEC trabalha na BR - 174, que conecta Boa Vista-RR a Manaus-AM, e na recuperação da pista de pouso de Auaris-RR, fomentando a integração dos modais rodoviário, aéreo e fluvial, e garantindo o fluxo de escoamento contínuo através de Santarém-PA e das capitais da foz, Macapá-AM e Belém-PA (AEROIN, 2023).

No sudeste do eixo AO-RFA, o 8º BEC, sediado em Santarém-AM, tem um papel essencial na complementação da BR-163, ligando Santarém-PA a Cuiabá-MT, facilitando o transporte de mercadorias do agronegócio. Cabe salientar que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estabeleceu como meta para esta década exportar 40% dos grãos brasileiros pelo eixo Norte, justamente pela foz do Amazonas, destacando a relevância estratégica das iniciativas públicas federais, efetivadas pelos militares. Assim, a pavimentação daquele trecho da BR-163, concluída por tropas de engenharia do EB, permitiu a melhoria do acesso aos portos da região, como o porto de Miritituba-PA, impulsionando o comércio exterior (EMBRAPA, 2016; VALOR ECONÔMICO, 2019).

Além disso, os esforços do DEC (EB), em colaboração com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), incluem a construção e o reparo de pontes, bueiros e conservação de estradas. Essas atividades vão além de reduzir o isolamento de determinada região amazônica, pois também servem como importantes veículos de transmissão de conhecimentos de engenharia, contribuindo significativamente para a capacitação da mão de obra local.

Assim, o EB, além de promover a intermodalidade de transporte, também capacita

jovens da população do arco Norte do Brasil, preparando-os como auxiliar na construção civil, como operadores de máquinas e outras habilitações e especializações que valorizam a mão de obra local quando esses jovens terminam seus serviços no Exército e retornam para o mercado de trabalho.

No mesmo contexto, a produção agropecuária e a exportação representam aspectos socioeconômicos fundamentais que se beneficiam diretamente da presença militar ao longo do percurso AO-RFA. Em contraste com alguns países vizinhos, como a Colômbia, onde agricultores enfrentam pressões psicológicas e financeiras de grupos guerrilheiros, os produtores brasileiros operam em um ambiente livre de enclaves de micro soberania, Black Spots ou áreas anárquicas (ESTADO DE MINAS, 2018).

É importante destacar que a segurança dos negócios na região é assegurada não apenas de maneira passiva pela presença das Forças Armadas, mas também ativamente, por meio de operações militares conjuntas e interagências que fortalecem a governança local.

Adicionalmente, a Embrapa, em parceria com o MD, está comprometida com o desenvolvimento e lançamento do satélite Carponis-1. Esse satélite, parte integrante do Programa Espacial Brasileiro, no escopo do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), gerenciado pelo MD, visa expandir o monitoramento das áreas de agropecuária por meio de sensoriamento remoto de alta resolução. A atuação militar, portanto, não só reforça a segurança, mas também contribui para a elevação da eficiência produtiva e atrai investimentos que impulsionam as exportações pelo arco Norte (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2022).

O atendimento de saúde é outro aspecto significativo que destaca a contribuição da presença militar no desenvolvimento sustentável dos complexos regionais AO-RFA. Para além dos atendimentos em operações como a Ágata, Roraima e Amanaci, os hospitais militares estabelecidos em parceria com o estado do Amazonas, por exemplo, como os de São Gabriel da Cachoeira - AM e Tabatinga - AM, permitem que profissionais de saúde das Forças Armadas prestem relevantes serviços às populações locais. Essa atuação de civis e militares contribui para a manutenção da saúde física da força de trabalho nas localidades, favorecendo o desenvolvimento regional.

Além disso, os hospitais militares ao longo da rota, especialmente os de Manaus - AM e Belém - PA, servem como centros profissionais atrativos para os jovens da região Norte. Esses jovens, muitos dos quais recém-formados em universidades e escolas técnicas de saúde locais, ou mesmo de outros estados, têm a oportunidade de prestar serviços médicos em suas comunidades, seja por meio do ingresso nas carreiras das Forças Armadas por concursos públicos, seja por meio de processos seletivos para oficiais e sargentos temporários nas áreas de medicina, odontologia, farmácia, enfermagem e assistência à saúde. Essas possibilidades, além de emprego e renda, oferecem a chance para que aqueles jovens profissionais apliquem e aprimorem os conhecimentos adquiridos nos bancos escolares ao mesmo tempo que contribuem efetivamente para a saúde e o bem-estar das comunidades ao longo do percurso AO-RFA.

O alcance socioeconômico das Forças Armadas na Amazônia vai além dos efeitos salutarizados voltados para a defesa, abarcando assistência às populações vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, como nas enchentes e nas estiagens dos rios da Amazônia Ocidental nos últimos anos.

As operações do MD, tais como a Operação Acre (enchentes) e a Operação Estiagem (seca), nos últimos 2 anos, atenderam mais de 10.000 pessoas, cuja maioria pertencia aos povos originários, distribuindo suprimentos e aliviando o sofrimento dos atingidos por tragédias decorrentes de mudanças climáticas que causaram restrições logísticas severas para aqueles brasileiros.

No campo da educação, combinando ciência e tecnologia, o programa Amazônia Conectada (PAC) destaca a presença militar na região. Esse programa do Governo Federal, sob coordenação técnica do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), do Exército Brasileiro, garante conectividade a unidades militares, unidades de saúde civis, escolas do interior, bem como aos demais habitantes locais.

O programa já lançou mais de 2000 quilômetros de fibra ótica, cujo impacto é a ampliação da conectividade e, conseqüentemente, das possibilidades pessoais e profissionais nas mais diversas áreas. Alguns exemplos são a telemedicina de especialistas do Hospital Al-

bert Einstein, que chegou ao hospital de Novo Airão - AM; ou o exemplo dos alunos de escolas públicas ribeirinhas, que passaram a utilizar rede wi-fi, acessando programas como o “Acerta Mais Enem”; além dos professores de escolas comunitárias, que agora realizam cursos livres de educação ambiental com pesquisas online (CMA, 2023b).

Diante do exposto, é possível concluir, parcialmente, que os aspectos socioeconômicos analisados revelam que a presença das Forças Armadas ao longo do percurso AO – RFA transcende a tradicional função de defesa, incorporando-se profundamente nas dinâmicas socioeconômicas da região.

Esse papel multifacetado dos militares, ampliado pelas contribuições para o desenvolvimento sustentável, evidencia a interdependência entre segurança, economia e bem-estar social, reafirmando a importância de uma abordagem integrada que alinha defesa nacional com avanços socioeconômicos e ambientais.

Portanto, a contribuição das Forças Armadas no percurso da Amazônia Ocidental à foz do Amazonas não é apenas uma medida de proteção, mas um vetor fulcral para o progresso contínuo e a resiliência das comunidades ao longo desses complexos regionais, fundamental para a soberania e para o desenvolvimento nacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo evidenciam que a presença das Forças Armadas ao longo do percurso AO-RFA é fundamental para a segurança e o desenvolvimento sustentável da região. Sob o ponto de vista geopolítico, o presente trabalho lançou luz sobre a interdependência político-militar e socioeconômica dos complexos regionais em tela. Foi possível entender como a atuação militar transcende a proteção territorial, integrando-se profundamente nas dinâmicas socioeconômicas e ambientais.

A segurança proporcionada pelas operações militares cria um ambiente propício para a exploração econômica, desenvolvimento de infraestruturas e promoção da saúde pública, enquanto as ações de combate aos ilícitos transfronteiriços e de proteção ambiental reforçam a integridade territorial e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Em conclusão, a presença das Forças Armadas ao longo do percurso AO-RFA mostrou-se essencial para a vigilância e para o desenvolvimento sustentável da região. A integração de estratégias de defesa, desenvolvimento econômico e preservação ambiental destaca a necessidade de uma abordagem holística que promova a prosperidade e resiliência das comunidades amazônicas. Consequentemente, a sociedade, o maior cliente do MD e do Estado brasileiro, auferirá segurança, soberania e desenvolvimento.

O estudo ainda revelou que a capilaridade, a capacidade de mobilização e a servidão militar são ativos indispensáveis ao Estado para atingir os objetivos nacionais permanentes naquela região. Materializando essa assertiva, ficou evidenciado que as Forças Armadas estão nos rincões mais longínquos do Brasil, além de possuírem elevada capacidade de colocar grandes efetivos e equipamentos em qualquer ponto do vasto território amazônico, por terra, água ou ar. Tudo isso, permanentemente assegurado pela servidão militar, que independente dos riscos e condições envolvidas, impõe aos profissionais militares a obrigação de se deslocar para qualquer área problema e trabalhar diuturnamente para entregar soluções que atendam ao interesse da sociedade brasileira.

Por fim, o modelo de atuação demonstrado, tendo como base as dimensões física e humana do percurso AO-RFA, reafirma a importância das Forças Armadas como pilares fundamentais para a manutenção da Soberania Nacional e para o avanço contínuo do Brasil no cenário geoestratégico global.

4. REFERÊNCIAS

AEROIN. Mais uma pista de pouso está sendo recuperada pelas Forças Armadas na fronteira norte do Brasil, em Auaris. Disponível em: <<https://aeroin.net/mais-uma-pista-de-pouso-esta-sendo-recuperada-pelas-forcas-armadas-na-fronteira-norte-do-brasil-em-auaris/>>.

Acesso em: 18 jul. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Rotas de integração sul-americana começam a ser inauguradas em 2025

- Opera Mundi. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/rotas-de-integracao-sul-americana-comecam-a-ser-inauguradas-em-2025/>>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- ANTAQ. Estatístico Aquaviário 2023. Disponível em: <<https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/index.html#pt>>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BACELAR, J. Tratado de Tordesilhas. Disponível em: <<https://www.historia-brasil.com/colonia/tordesilhas.htm>>. Acesso em: 20 maio. 2024.
- BRASIL. Legislação da Amazônia — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/legislacao-da-amazonia>>. Acesso em: 19 maio. 2024.
- BRASIL. Constituição. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA. Brasília: [s.n.]. 1996; 2008.
- CMA. CMA inaugura obra de trafegabilidade no 4o PEF - Estirão do Equador. Disponível em: <<https://cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/cma-inaugura-obra-de-trafegabilidade-no-no-4-pef-estirao-do-equador>>. Acesso em: 18 jul. 2024a.
- CMA. O Programa Amazônia Conectada (PAC) do Exército Brasileiro na região Amazônica. Disponível em: <<https://cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/o-programa-amazonia-conectada-pac-do-exercito-brasileiro-na-regiao-amazonica>>. Acesso em: 18 jul. 2024b.
- COSTA, G. G. DA; F. A. P. FORTES PORTUGUESES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA Graciete Guerra da Costa. [s.l.: s.n.]. 2015.
- EMBRAPA. Caminhos da Safra - Portal Embrapa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/macrologistica/caminhos-da-safra>>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- EPEX. Estado-Maior do Exército Escritório de Projetos do Exército-EPEX QGEx-Bloco. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), 2023a.
- EPEX. Amazônia Protegida - Site EPEX. Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/amazonia-protegida>>. Acesso em: 15 jul. 2024b.
- ESTADO DE MINAS. Em território da cocaína, guerrilheiros colombianos matam para taxar cerveja - Internacional - Estado de Minas. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/06/10/interna_internacional,965825/em-territorio-da-cocaina-guerrilheiros-colombianos-matam-para-taxar-c.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- FAB. Dimensão 22. Disponível em: <<https://www.fab.mil.br/dimensao22/>>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- G1. Exército desativa seis garimpos na Terra Yanomami e apreende avião, ouro e mercúrio em RR | Roraima | G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/03/12/exercito-desativa-seis-garimpos-na-terra-yanomami-e-apreende-aviao-ouro-e-mercurio-em-rr.ghtml>>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- KARDEC, A.; FILHO, D. B.; ZALÁN, P. V. UM NOVO “PRÉ-SAL” 1 NO ARCO NORTE DO TERRITÓRIO BRASILEIRO? NOTA TÉCNICA SOBRE A MARGEM EQUATORIAL BRASILEIRA. [s.l.: s.n.]. 2021.
- MARINHA DO BRASIL. Marinha do Brasil: 50 anos de proteção na Amazônia Fonte | COM4DN. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/com4dn/marinha-do-brasil-50-anos-de-prote%C3%A7%C3%A3o-na-amaz%C3%B4nia-fonte>>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- MATSUURA, O. O Amazonas antes da posse – Revista. Disponível em: <<https://revistacienciaecultura.org.br/?p=2635>>. Acesso em: 20 maio. 2024.
- MD. Operações Ágata R\$ 328 milhões em apreensões de drogas e ilícitos Encarte Especial Proteção dos Yanomami. Brasília: [s.n.]. 2023.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Embrapa e Forças Armadas tratam de parceria para construção de satélite — Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/embrapa-e-forcas-armadas-tratam-de-parceria-para-construcao-de-satelite>>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. EB20-MF-07.101 MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO Manual de Fundamentos CONCEITO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO OPERAÇÕES DE CONVERGÊNCIA 2040 1a Edição 2023. [s.l.: s.n.]. 2023.
- MORAES, C. H. A foz do rio Amazonas e sua importância geopolítica para o Brasil. 14 jun. 2023.

- NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Seminário sobre Base Industrial de Defesa na Amazônia reúne militares, a indústria e a academia. Disponível em: <<https://cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/simposio-sobre-base-industrial-de-defesa-na-amazonia-reune-representantes-militares-da-industria-e-da-academia-no-cma>>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- PINHEIRO, K. Você sabe onde fica a nascente do Rio Amazonas? Conheça o contexto histórico que levou a definição do local - Portal Amazônia. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/amazonia/voce-sabe-onde-fica-a-nascente-do-rio-amazonas/>>. Acesso em: 20 maio. 2024.
- SANTOS, M. V. F. “O combate de alta intensidade nas Operações na Selva, a Defesa de Litoral, as Operações de Convergência e o CIGS autor MARCUS VINICIUS FERREIRA DOS SANTOS 1. Manaus-AM: [s.n.]. 2024.
- VALOR ECONÔMICO. Após décadas, Exército conclui pavimentação da BR-163, aberta em 1976 | Brasil | Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/25/apos-decadas-exercito-conclui-pavimentacao-da-br-163-aberta-em-1976.ghtml>>. Acesso em: 8 jul. 2024.
- VISACRO, A. O modelo brasileiro de Defesa Nacional em face dos atuais desafios estratégicos The Brazilian National Defense model in the face of current strategic challenges Análise Estratégica. [s.l: s.n.]. 2020.